

MERCADOS



Bolsa tem firme alta de olho em possível cessar-fogo no Oriente

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acelerou o ritmo de alta na hora final do pregão de ontem e voltou ao nível dos 174 mil pontos (+1,55%), puxado pelo desempenho das ações da Vale e dos bancos. O Índice Bovespa (Ibovespa) ganhou um fôlego adicional depois da informação, nos minutos finais da sessão, de que os EUA e o Irã teriam concordado com um cessar-fogo, segundo o veículo de imprensa russo Ria Novosti. Na contramão, os papéis da Petrobras fecharam em queda, em linha com o movimento do petróleo, mas a performance foi neutralizada pelos ganhos da vasta maioria das ações no dia, além das grandes empresas. Os papéis preferenciais e ordinários da estatal encerraram com quedas perto de 2%, enquanto os índices setoriais indicaram como o bom humor do dia se espalhou entre os setores: o índice ICON, das

ações de varejo e consumo, subiu mais de 3%, enquanto o IMOB, das empresas de imóveis e construção civil, avançou quase 4%; o setor de utilidade pública, reunido no UTIL, avançou mais de 2%.

DÓLAR

Após operar em ligeira queda ao longo da tarde, o dólar acelerou o ritmo de baixa na reta final dos negócios de ontem, em sintonia com o aprofundamento das perdas da moeda americana no exterior e com tombo de 5% do petróleo no pregão eletrônico, após circularem notícias de que Estados Unidos e Irã teriam chegado a um novo acordo de cessar-fogo. Com mínima de R\$ 5,1394 nos últimos minutos da sessão, o dólar à vista terminou o dia com desvalorização de 0,25%, a R\$ 5,1404. Do pico de R\$ 5,2216, no último dia 18, para cá, o dólar caiu 1,55% frente ao real, mas ainda acumula valorização de 1,38% em agosto.

ANEEL

Tarifas de distribuidoras do Norte e Nordeste serão reduzidas a partir de hoje

POR RENAN MONTEIRO

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem, que as tarifas de energia elétrica serão reduzidas para consumidores de baixa tensão atendidos pelas distribuidoras Energisa Tocantins, Sulgipe, Energisa Acre, Enel Ceará e Energisa Rondônia. A redução, a partir de hoje, será respectivamente de 1,36%, 4,63%, 5,20%, 6,65% e 10,63%. A queda nas tarifas será possível após repactuação de dívidas das geradoras hidrelétricas com a utilização de áreas públicas, encargo conhecido como Uso de Bem Público (UBP). Com isso, neste mês, a Aneel homologou o valor de R\$ 5,484 bilhões para ser usado como redutor nas tarifas de energia elétricas de consumidores das 22 distribuidoras. O benefício abarca residências e pequenos comércio. Foi a Lei nº 15.235/2025 que abriu a possibilidade de as geradoras quitarem o montante anual do UBP à vista, com desconto de 50%. Também foi previsto que o pagamento adiantado pelas geradoras seria revertido em

desconto para os consumidores cativos de energia nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Além de todas as distribuidoras das regiões Norte e Nordeste, a medida abarca o Mato Grosso e partes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Com isso, os consumidores na baixa tensão residenciais ficaram com efeito médio limitado, aproximadamente, em 6,53%. Ou seja, um percentual significativamente menor em relação às estimativas iniciais, que em alguns casos passavam de 10% ou mesmo 20%. Em síntese, em alguns casos, há redução das tarifas e, em outros, haverá limitação do aumento. Em junho, representantes de diversas empresas estiveram na sede da Aneel para assinar aditivos aos respectivos contratos de concessão. Pelo balanço apresentado, 29 usinas tiveram repactuação e 22 empresas aderiram. A diretoria da reguladora já havia decidido fazer uma distribuição que busca equilibrar os balanços de custos das distribuidoras.

Nota

GRUPO FTD COMPRA PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO DIGITAL ESTUDA.COM

O Grupo FTD Educação comprou o controle da Estuda.com, plataforma de tecnologia educacional e cursos preparatórios para Enem e vestibulares. A operação, cujo valor não foi divulgado, teve apoio do fundo de corporate venture capital Rosey Ventures, do Grupo Marista, e foi realizada com recursos da própria FTD Educação. A aquisição integral da edtech (como são conhecidas as empresas de tecnologia educacional) faz parte da estratégia da FTD Educação de ampliar sua capacidade de atender escolas e estudantes com tecnologias voltadas à aprendizagem e à avaliação escolar.

RECEITA

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Beneficiada pelo crescimento da economia e por aumentos recentes de tributos, arrecadação federal alcançou R\$ 289,3 bilhões em julho de 2026, segundo dados divulgados pela Receita Federal ontem. O resultado representa uma alta de 8,97% acima da inflação em relação ao mesmo mês de 2025, com recorde para o mês. No acumulado de janeiro a julho, o governo federal arrecadou R\$ 1,876 trilhão. Ao descontar a inflação do período, o crescimento real foi 6,98% em relação aos mesmos meses do ano

DECLARAÇÃO

Alckmin diz defender ajuste fiscal sem aumento de imposto

GABRIEL GONÇALVES E MARIANA RIBAS/AE

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB) (**foto**), defendeu ontem, que o ajuste fiscal seja feito sem aumento de impostos e com maior eficiência do gasto público. Segundo ele, a melhora das contas públicas deve ocorrer sem comprometer os investimentos necessários para sustentar o crescimento da economia. A declaração foi realizada durante participação do ABDIB Fórum Eleições 2026, em São Paulo, representando o presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Eu defendo fazer ajuste

passado. Entre os principais fatores apontados pela Receita Federal para o desempenho estão: • aumento da arrecadação da contribuição para a Previdência Social; • crescimento das receitas com Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que refletem o aumento das vendas; • alta na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do capital; • avanço da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica

(IRPJ), imposto pago pelas empresas; • aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição sobre o lucro das empresas.

RECORDES

A arrecadação federal vem registrando sucessivos recordes mensais desde o ano passado. Em 2025, o governo federal eleveu a tributação sobre diferentes operações com o objetivo de reforçar as receitas e contribuir para o equilíbrio das contas públicas. Entre as medidas adotadas estiveram mudanças nos Impos-

to sobre Operações Financeiras (IOF) e na tributação de bets e fintechs. As alterações relacionadas às duas últimas categorias foram posteriormente aprovadas pelo Congresso Nacional.

DADOS

A Receita Federal havia informado, no início da manhã desta terça-feira, que a divulgação dos números de julho seria adiada por questões logísticas. No entanto, os dados foram publicados na página oficial do Fisco às 11h17. A divulgação ocorre em meio ao acompanhamento das contas públicas e da evolução das receitas federais ao longo de 2026.

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



fiscal e não pelo lado de aumento de impostos, é pelo lado da eficiência do gasto público", afirmou Alckmin, também candidato a vice na chapa de Lula. Alckmin disse que o objetivo é sair de uma situação de déficit, equilibrar as contas e avançar para resultados primários positivos de forma permanente. Ele afirmou que o País deve encerrar este ano com déficit primário zero e ressaltou que o ajuste precisa preservar os investimentos, especialmente em infraestrutura. "Vamos atingir superávit primário e garantir investimento, que é isso que vai garantir o crescimento do PIB." Segundo Alckmin, o aumento

da eficiência do gasto público deve ser um processo permanente e pode ser favorecido pelo uso de tecnologia da informação e inteligência artificial. Ele também defendeu a combinação de investimento público, crédito e capital privado para ampliar os recursos destinados à infraestrutura. O candidato citou instrumentos como debêntures incentivadas e debêntures de infraestrutura e defendeu a continuidade do apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos investimentos. Alckmin também criticou o volume de emendas parlamentares no Orçamento. "Não tem sentido você ter R\$ 60 bilhões em emendas", disse.

APOSENTADORIAS

Previdência Social anuncia redução das despesas em 2026

FLÁVIA SAID/AE

O diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, Eduardo Pereira, afirmou que o Ministério da Previdência tem atestado uma redução das despesas obrigatórias em 2026 em relação aos valores que haviam sido estimados inicialmente, a qual atribuiu a "parâmetros conservadores" adotados nos cálculos. O valor global projetado para a área neste ano caiu de R\$ 1,135 trilhão para R\$ 1,129 trilhão, segundo uma reestimativa dos números apresentada ontem e referendada pelos membros do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), que conta com representantes do governo federal, dos aposentados e pensionistas, dos trabalhadores em atividade e dos empregadores. As projeções para as despesas obrigatórias da Previdência neste ano caíram R\$ 6,474 bilhões, do início de agosto - quando foi apresentada a projeção anterior - para cá. No caso dos benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Na-

cional do Seguro Social (INSS), o valor projetado caiu R\$ 6,460 bilhões (de R\$ 1,074 trilhão para R\$ 1,067 trilhão). Já no caso da compensação previdenciária (Comprev - acerto financeiro feito entre diferentes sistemas de previdência social), a queda foi de R\$ 14,185 milhões (de R\$ 7,895 bilhões para R\$ 7,880 bilhões). "Quando a gente projeta a nossa despesa, nós usamos parâmetros um pouco mais conservadores, e este ano nós adotamos esse mesmo princípio na hora de fazer a estimativa", argumentou Pereira. Segundo ele, os números que estão vindo nos resultados financeiros mostram uma baixa em relação ao que era esperado. "Nós estamos fazendo ajustes nessa estimativa de despesa, e não é descartado que nosso parâmetro do ano de 2026 tenha alguma redução adicional daqui até o final do ano", prosseguiu o técnico. Ainda de acordo com ele, há "alguma expectativa" de que talvez a despesa previdenciária total venha "um pouco abaixo" da previsão.

Os números foram apresentados durante discussão em torno dos números da Previdência que deverão constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que foram revisitos. Para projetar as despesas de 2027, é necessário estimar as despesas de 2026. Para 2027, a estimativa revisada caiu R\$ 5,018 bilhões, em função de R\$ 5,250 bilhões projetados a menos com os benefícios previdenciários (que passaram de R\$ 1,074 trilhão para R\$ 1,161 trilhão) e de R\$ 232,460 milhões projetados a mais com a Comprev (que passou de R\$ 7,895 bilhões para R\$ 8,113 bilhões). Tanto para 2026 quanto para 2027 não houve revisão nas projeções de despesas com sentenças judiciais. A despesa previdenciária tem elevado peso na despesa total da União (43% da despesa primária é com benefícios previdenciários) Além disso, a escala da despesa previdenciária é muito grande - da ordem de R\$ 1,130 trilhão neste ano. Portanto, variações percentuais pequenas representam valores substan-

ciais que afetam a disponibilidade orçamentária de todo o governo. Segundo o Ministério da Previdência, a estimativa da despesa em 2026 está mais complexa dadas as ações para o tratamento do estoque de requerimentos de benefícios. Essas ações introduziram um fator adicional de variabilidade na projeção, aumentando a incerteza das estimativas. Por essa razão, o CNPS atualizou as projeções com as despesas obrigatórias do Ministério da Previdência para 2026 e para 2027. Para o ano corrente, é projetado que as despesas obrigatórias somem R\$ 1,129 trilhão (antes, era projetado R\$ 1,136 trilhão). Para o próximo ano, a estimativa com essas despesas passou de R\$ 1,224 trilhão, na projeção anterior, para R\$ 1,218 trilhão, na projeção refeita. Com essa atualização, é estimado que as despesas previdenciárias crescerão 7,92% no próximo ano, em relação ao atual, um pouco mais do que o projetado anteriormente (7,7%).



COPACABANA MAR HOTEL S/A									
CNPJ: 28.585.602/0001-77 - NIRE: 333.0001733-0									
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2024 e 31/12/2023									
	2024	2023							
Ativo	16.225.447,70D	10.226.758,16D	Contribuição ao INSS	301.013,26C	149.959,34C	Convênios Médicos	6.760,31D	7.452,49D	
Ativo Circulante	7.029.721,35D	1.043.706,13D	Previdência Social a Recolher (2755)	301.013,26C	149.959,34C	Despesas C/ Vale Transporte	60.632,21D	67.673,65D	
Caixa	23.702,78D	11.801,82D	FGTS	11.494,82C	7.954,99C	Férias	11.663,01D	78.647,61D	
Caixa (43)	23.702,78D	11.801,82D	FGTS a Recolher (7544)	11.494,82C	7.954,99C	Indenizações	236.001,16D	355.910,73D	
Banco Conta Movimento	2.716.793,24D	93.187,19D	Indenizações Trabalhistas a Pagar	929,23C	673,98C	Outras Despesas C/ Pessoal	390.249,28D	441.268,64D	
Banco Itau S/A C/ Movimento (191)	2.708.007,64D	90.827,19D	Pensão Alimentícia a Pagar (2747)	929,23C	673,98C	Previdência Social	271.749,12D	285.799,22D	
Caixa Econômica Federal C/ Movimento (272)	8.785,60D	2.360,00D	Débitos Previdenciários a Pagar	3.485,46C	1.196,04C	Salários e Ordenados	678.490,00D	722.536,66D	
Estoques em Geral	14.365,71D	14.365,71D	Imposto de Renda a Recolher - Folha (2763)	3.485,46C	1.196,04C	Despesa Adiantamento 13º Salário	29.906,30D	27.725,57D	
Mercadorias P/Revenda (1252)	14.365,71D	14.365,71D	Passivo Não Circulante	164.934,80C	61.446,00C	=Despesas com Pessoal	1.858.276,47D	2.242.358,51D	
IRPJ- Imposto de Renda - Pessoa Jurídica	303,39D	303,39D	Parcelamentos de Débitos Tributários Federais	155.870,07C	-	Despesas Tributárias	-	-	
IRRF a Recuperar - Itau (33219)	6,65D	6,65D	Parcelamentos da Receita Federal (8109)	155.870,07C	-	Despesas Tributárias Federais	-	-	
IRRF a Recuperar - Caixa Economica Federal (5240)	296,74D	296,74D	Parcelamentos de Débitos Previdenciários	52.381,27D	-	Impostos e Taxas Municipais	50.066,90D	-	
Cartões de Crédito a Receber	545.265,69D	191.112,42D	Parcelamento do INSS (14010)	52.381,27D	-	Imposto de Renda S/ Lucro Presumido	125.425,49D	-	
Redecard Mastercard (99925)	545.265,69D	191.112,42D	Outras Obrigações Sociais e Estatutárias a L/P	61.446,00C	61.446,00C	=Despesas Tributárias Federais	175.492,39D	101.539,45D	
Outras Contas a Receber	2.320.872,02D	732.935,60D	C/C Sócios (3573)	61.446,00C	61.446,00C	Despesas Tributárias Estaduais	-	-	
C/C Sócios (824)	2.110.345,13D	-	Patrimônio Líquido	5.453.096,52C	8.319.446,53C	Impostos e Taxas Estaduais	5.050,30D	12.208,58D	
Emprestimos a Terceiros (7465)	210.526,89D	-	Capital Realizado	11.550.000,00C	11.550.000,00C	ICMS Diferencial de Alíquota	7.805,42D	2.230,71D	
Outras Contas a Receber	1.406.147,26D	-	- Capital Subscrito (3832)	11.550.000,00C	11.550.000,00C	ICMS FCEP	2.014,64D	1.948,40D	
C/C Copacabana Praia Hotel (5360)	100.000,00D	100.000,00D	Reserva Para Aumento de Capital	98,45C	98,45C	Taxa de Incêndio	814,60D	-	
C/C KPC Energia e Locação (5374)	1.209.617,08D	625.000,00D	Reserva P/ Aumento de Capital (9679)	98,45C	98,45C	=Despesas Tributárias Estaduais	15.684,96D	16.387,69D	
C/C Sales Bar de Copa Ltda (5423)	13.075,58D	7.935,60D	Lucro e Prejuízo do Período	6.097.001,93D	3.230.651,92D	Despesas Tributárias Municipais	-	-	
C/C AAYY Administradora Ltda (5430)	82.041,84D	-	Prejuízos Acumulados (4030)	6.097.001,93D	3.230.652,22D	=Despesas Tributárias Municipais	218.416,68D	244.809,22D	
C/C Santa Cruz Refeições (4074)	1.412,76D	-	Demonstração do Resultado do Exercício de 31/12/2024 e 31/12/2023			=Despesas Tributárias	218.416,68D	244.809,22D	
Outras Contas a Receber Grupo KPC	2.271,26D	-		2024	2023	=Despesas Tributárias	409.594,03D	362.736,36D	
C/C KPC Dom Helder (4471)	875,30D	-				Despesas Administrativas	-	-	
C/C KPC Copacabana (4478)	465,32D	-	- Contas de Resultado	-	-	Despesas Administrativas	-	-	
C/C KPC Santos Dumont (4485)	465,31D	-	- Contas de Resultados Credoras	-	-	Despesas C/ Equipamentos	26.971,07D	67.448,61D	
C/C KPC Copa Rio (4492)	465,33D	-	- Receita de Prestação de Serviços	-	-	Seguros Diversos	9.677,43D	11.449,77D	
Ativo Não Circulante	9.195.726,35D	9.183.052,03D	- Receita Bruta de Prestação de Serviços	3.281.860,33C	2.460.578,04C	Energia Elétrica	543.554,13D	506.347,78D	
Depósitos Judiciais	12.674,32D	-	=Receita Bruta de Prestação de Serviços	3.281.860,33C	2.460.578,04C	Gás	192.683,64D	236.348,69D	
Depósitos Judiciais (884)	12.674,32D	-	=Receita de Prestação de Serviços	3.281.860,33C	2.460.578,04C	Taxa D'Agua	197.668,24D	248.515,74D	
Imobilizado	9.183.052,03D	9.183.052,03D	Outras Receitas	-	-	Telefone	11.781,43D	20.139,90D	
Terrenos	1.173.012,97D	1.173.012,97D	Outras Receitas Brutas	-	-	Internet	2.353,77D	4.503,31D	
Terrenos (2160)	1.173.012,97D	1.173.012,97D	Bonificações	615,80C	65,00C	Assinaturas de Jornais Revistas e TVs	319,10D	299,45D	
Edifícios e Construções	7.171.696,13D	7.171.696,13D	=Outras Receitas Brutas	615,80C	65,00C	Assistência Contábil	85.095,16D	45.200,90D	
Imóveis (2070)	7.171.696,13D	7.171.696,13D	Receitas Financeiras	-	-	Comissões	470.140,00D	368.643,29D	
Móveis, Utensílios e Instalações Não Industriais	1.158.529,46D	1.158.529,46D	Descontos Obtidos	565,78C	795,35C	Despesas Diversas	19.886,65D	141.187,19D	
Móveis e Utensílios (2119)	1.158.529,46D	1.158.529,46D	Rendim. de Aplicação Financeira	91,41C	1.516,95C	Despesas Legais	322,78D	-	
Outras Imobilizações	1.563.974,51C	1.563.974,51C	=Receitas Financeiras	657,19C	2.312,30C	Indenizações a Hospedes	273,60D	-	
Rouparia (2011)	17.511,28D	17.511,28D	=Outras Receitas	1.272,99C	2.377,30C	Locação Máquinas e Equipamentos	58.634,26D	52.883,23D	
(-) Depreciações Acumuladas (2259)	1.607.314,63C	1.607.314,63C	=T o t a l - Contas de Resultados Credoras	3.283.133,32C	-	Manutenção Máquinas e Equipamentos	36.116,97D	29.449,17D	
Outras Imobilizações (8672)	25.828,84D	25.828,84D	Deduções da Receita Bruta	-	-	Material de Uso e Consumo	371.203,88D	828.511,07D	
Bens Ceditos em Comodato (5043)	13.879,03D	4.109,12D	Deduções de Prestação de Serviços	-	-	Serviços de Terceiros	533.810,01D	355.166,34D	
(-) Bens Reservados para Comodato (5050)	13.879,03C	4.109,12C	Imposto S/ Serviço	164.089,22D	122.170,22D	Serviços Gráficos	2.652,00D	4.018,00D	
Imóveis em Construção	1.243.787,98D	1.243.787,98D	=Deduções de Prestação de Serviços	164.089,22D	122.170,22D	=Despesas Administrativas	2.563.144,12D	2.930.689,40D	
Construções em Andamento (1910)	1.243.787,98D	1.243.787,98D	=T o t a l - Deduções da Receita Bruta	164.089,22D	122.170,22D	=Despesas Administrativas	2.563.144,12D	2.930.689,40D	
	2024	2023	=T o t a l - Contas de Resultado	-	-	Despesas Com Imóveis	-	-	
Passivo	16.225.447,70C	10.226.758,16C	Contas de Resultado	3.119.044,10C	7.023.816,36C	Despesa C/ Condomínio	74.120,00D	73.391,50D	
Passivo Circulante	10.607.416,38C	1.845.865,63C	Despesas de Receita de Mercadoria	-	-	=Despesas Com Imóveis	74.120,00D	73.391,50D	
Fornecedores	234.033,29C	2.340,69C	Despesa Operacionais	806.446,44D	37.164,62D	Despesas Com Representações	-	-	
Fornecedores Nacionais (2518)	234.033,29C	2.340,69C	=Despesa Operacionais	806.446,44D	37.164,62D	Propaganda e Publicidade	6.768,00D	2.640,00D	
Bancos Privados do Brasil	2.846.955,66C	321.339,90C	=T o t a l - Despesas de Receita de Mercadoria	806.446,44D	37.164,62D	=Despesas Com Representações	6.768,00D	2.640,00D	
Banco Itau S/A C/ Vinculada (3140)	2.700.000,00C	321.339,90C	Outras Despesas	-	-	=T o t a l - Outras Despesas	5.178.947,67D	5.766.503,17D	
Banco Itau S/A C/ Financ. (2909)	146.955,66C	-	Despesas Bancárias	-	-	=T o t a l - Contas de Resultado	5.985.394,11D	5.803.667,79D	
Outros Financiamentos de Curto Prazo	7.124.061,33C	1.298.892,58C	Despesas e Comissões Bancárias	19.594,40D	9.875,87D	Resultado do Exercício	-	-	
Notas Fiscais a Faturar (6726)	5.874.684,20C	-	Despesa C/ Juros	13.167,07D	32.513,00D	Receitas	3.119.044,10C	7.023.816,36C	
Emprestimos a Pagar (4098)	1.249.377,13C	1.298.892,58C	Imposto S/ Operações Financeiras	54.561,12D	2.987,88D	Despesas + Custo	5.985.394,11D	5.803.667,79D	
Imposto de Renda Retido na Fonte	76,97C	36,00C	=Despesas Bancárias	87.322,59D	45.376,75D	Prejuízo Líquido do Exercício:	2.866.350,01	1.220.148,57	
IRRF a Recolher - Terceiros (2690)	76,97C	36,00C	Despesas com Cartão de Crédito	-	-	Importa o presente Balanco Patrimonial somando no Ativo e no Passivo	16.225.447,70	16.225.447,70	
Impostos Federais	327,68C	117,73C	Despesas e Comissões Cartão de Crédito	179.722,46D	109.060,65D	(Dezesseis milhões, duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta centavos) de acordo com a documentação que nos foi apresentada. Importa a presente	-	-	
Lei 10833 (4,65%) (809)	327,68C	117,73C	=Despesas com Cartão de Crédito	179.722,46D	109.060,65D	Demonstração de Resultado com prejuízo de 2.866.350,01 (Dois milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e um centavo) de acordo com a documentação que nos foi apresentada. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024	-	-	
Impostos Estaduais	3.537,55C	2.974,28C	Despesas com Pessoal	-	-		-	-	
ICMS a Recolher (2593)	3.537,55C	2.974,28C	13º Salário	37.256,61D	31.215,41D		-	-	
Impostos Municipais	23.320,78C	11.045,42C	Contribuição P/FGTS	68.708,63D	81.138,60D		-	-	
ISS a Recolher (2712)	23.320,78C	11.045,42C	Contribuição P/FGTS 50%	6.859,84D	132.519,29D		-	-	
Ordenados e Salários a Pagar	58.180,35C	47.942,23C					-	-	
Salários a Pagar (2780)	58.180,35C	47.942,23C					-	-	

COPACABANA MAR HOTEL S/A									
CNPJ: 28.585.602/0001-77 - NIRE: 333.0001733-0									
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2025 e 31/12/2024									
	2025	2024							
Ativo	16.447.848,74D	16.225.447,70D	Ordenados e Salários a Pagar	61.973,51C	58.180,35C	Convênios Médicos	10.881,99D	6.760,31D	
Ativo Circulante	7.261.631,75D	7.029.721,35D	Salários a Pagar (2780)	61.973,51C	58.180,35C	Despesas C/ Vale Transporte	46.463,51D	60.632,21D	
Caixa	15.800,59D	23.702,78D	Contribuição ao INSS	223.317,66C	301.013,26C	Férias	88.553,38D	71.663,01D	
Caixa (43)	15.800,59D	23.702,78D	Previdência Social a Recolher (2755)	223.317,66C	301.013,26C	Indenizações	92.897,21D	236.001,16D	
Banco Conta Movimento	109.788,56C	2.716.793,24D	FGTS	12.117,49C	11.494,82C	Outras Despesas C/ Pessoal	182.884,35D	390.249,28D	
Banco Itau S/A C/ Movimento (191)	109.819,17C	2.708.007,64D	FGTS a Recolher (7544)	12.117,49C	11.494,82C	Previdência Social	299.661,20D	271.749,12D	
Caixa Econômica Federal C/ Movimento (272)	30,61D	8.785,60D	Indenizações Trabalhistas a Pagar	3.679,74C	929,23C	Salários e Ordenados	865.044,96D	678.490,00D	
Títulos e Valores Mobiliários	7.174,32D		Pensão Alimentícia a Pagar (2747)	3.679,74C	929,23C	=Despesas com Pessoal	1.717.068,04D	1.858.276,47D	
Bloqueios Judiciais (7330)	7.174,32D		Débitos Previdenciários a Pagar	1.838,90C	3.485,46C	Despesas Tributárias			
IRPJ- Imposto de Renda - Pessoa Jurídica	303,39D	303,39D	Imposto de Renda a Recolher - Folha (2763)	1.838,90C	3.485,46C	Despesas Tributárias Federais	1.997,97D		
IRRF a Recuperar - Itau (33219)	6,65D	6,65D	Passivo Não Circulante	224.119,16C	164.934,80C	Impostos e Taxas Federais	1.997,97D	175.492,39D	
IRRF a Recuperar - Caixa Economica Federal (5240)	296,74D	296,74D	Parcelamentos de Débitos Tributários Federais	333.475,30C	155.870,07C	=Despesas Tributárias Federais			
Duplicatas a Receber	129.112,64D		Parcelamentos da Receita Federal (8109)	333.475,30C	155.870,07C	Despesas Tributárias Estaduais			
Duplicatas a Receber (620)	129.112,64D		Parcelamentos de Débitos Previdenciários	109.356,14D	52.381,27D	ICMS Diferencial de Alíquota	40.336,92D		
Cartões de Crédito a Receber	205.653,22D	545.265,69D	Parcelamento do INSS (14010)	109.356,14D	52.381,27D	ICMS FCEP	7.847,33D		
Redecard Mastercard (99925)	205.653,22D	545.265,69D	Patrimônio Líquido	3.019.727,67C	5.453.096,52C	Taxa de Incêndio	853,00D		
Outras Contas a Receber	6.531.211,75D	2.320.872,02D	Capital Realizado	11.550.000,00C	11.550.000,00C	=Despesas Tributárias Estaduais	49.037,25D	15.684,96D	
C/C Sócios (824)	6.245.684,86D	2.110.345,13D	Capital Subscrito (3832)	11.550.000,00C	11.550.000,00C	Despesas Tributárias Municipais	5.235,17D	218.416,68D	
Emprestimos a Terceiros (7465)	285.526,89D	210.526,89D	Reserva Para Aumento de Capital	98,45C	98,45C	Impostos e Taxas Municipais	241.893,00D		
Outras Contas a Receber	480.358,46D	1.406.147,26D	Reserva P/ Aumento de Capital (9679)	98,45C	98,45C	IPTU	241.893,00D		
C/C Copacabana Praia Hotel (5360)	100.000,00D	100.000,00D	Lucro e Prejuízo do Período	8.530.370,78D	6.097.001,93D	=Despesas Tributárias Municipais	247.128,17D	218.416,68D	
C/C KPC Energia e Locação (5374)	257.695,10D	1.209.617,08D	Prejuízos Acumulados (4030)	8.530.370,78D	6.097.001,93D	=Despesas Tributárias	298.163,39D	409.594,03D	
C/C Sales Bar de Copa Ltda (5423)	13.075,58D	13.075,58D				Despesas Administrativas			
C/C AAYY Administradora Ltda (5430)	91.375,02D	82.041,84D	Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/2025 e 31/12/2024			Despesas Administrativas			
C/C Santa Cruz Refeições (4074)	18.212,76D	1.412,76D				Despesas C/ Equipamentos	38.155,37D	26.971,07D	
Outras Contas a Receber Grupo KPC	1.805,94D	2.271,26D	Contas de Resultado			Seguros Diversos	17.083,69D	9.677,43D	
C/C KPC Dom Helder (4471)	875,30D	875,30D	Contas de Resultados Credoras			Energia Elétrica	576.311,27D	543.554,13D	
C/C KPC Santos Dumont (4485)	465,31D	465,31D	Receta de Prestação de Serviços			Gás	238.104,12D	192.683,64D	
C/C KPC Copa Rio (4492)	465,33D	465,33D	Bruta de Prestação de Serviços			Taxa D'Agua	355.890,77D	197.668,24D	
Ativo Não Circulante	9.186.216,99D	9.195.726,35D	Serviços	5.631.142,48C	3.281.860,33C	Telefone	3.286,16D	11.781,43D	
Depósitos Judiciais	9.931,02D	12.674,32D	=Receta Bruta de Prestação de Serviços	5.631.142,48C	3.281.860,33C	Internet	16.866,74D	2.353,77D	
Depósitos Judiciais (884)	9.931,02D	12.674,32D	=Receta de Prestação de Serviços	5.631.142,48C	3.281.860,33C	Assistência Contábil	104.693,39D	85.095,16D	
Imobilizado	9.176.885,97D	9.183.052,03D	Outras Receltas			Comissões	510.971,46D	470.140,00D	
Terrenos	1.173.012,97D	1.173.012,97D	Outras Receltas Brutas			Despesas Diversas	211.334,53D	19.866,65D	
Terrenos (2160)	1.173.012,97D	1.173.012,97D	Receltas Financeiras			Fretes e Carretos	17.305,00D		
Edifícios e Construções	7.171.696,13D	7.171.696,13D	Descontos Obtidos			Locação Máquinas e Equipamentos	56.915,06D	58.634,26D	
Imóveis (2070)	7.171.696,13D	7.171.696,13D	Rendim. de Aplicação Financeira	19,62C	615,80C	Manutenção Máquinas e Equipamentos	232.501,31D	36.116,97D	
Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	6.166,06C	1.158.529,46D	=Recetas Financeiras	13,33C	615,80C	Material de Escritório	458,99D		
(-) Máquinas e Equipamentos - C/ Depreciação (2283)	6.166,06C	1.158.529,46D	=Outras Recetas	32,95C	565,78C	Material de Uso e Consumo	642.142,49D	371.203,88D	
Móveis, Utensílios e Instalações Não Industriais	1.158.529,46D	1.158.529,46D	=Outras Recetas	1.030,01C	91,41C	Serviços de Terceiros	854.328,37D	533.810,01D	
Móveis e Utensílios (2119)	1.158.529,46D	1.158.529,46D	=Recetas Financeiras	5.632.172,49C	3.283.133,32C	Serviços Gráficos	2.862,00D	2.652,00D	
Outras Imobilizações	1.563.974,51C	1.563.974,51C	=Outras Recetas			=Despesas Administrativas	3.879.210,72D	2.563.144,12D	
Rouparia (2011)	17.511,28D	17.511,28D	=T o t a l - Contas de Resultados Credoras			=Despesas Administrativas	3.879.210,72D	2.563.144,12D	
(-) Depreciações Acumuladas (2259)	1.607.314,63C	1.607.314,63C	Deduções da Receita Bruta			Despesas com Imóveis			
Outras Imobilizações (8672)	25.828,84D	25.828,84D	Deduções de Prestação de Serviços			Despesa C/ Condomínio	77.650,00D	74.120,00D	
Bens Ceditos em Comodato (5043)	22.260,11D	13.879,03D	PLS S/ Serviços	125.028,59D	164.089,22D	=Despesas com Imóveis	77.650,00D	74.120,00D	
(-) Bens Reservados para Comodato (5050)	22.260,11C	13.879,03C	Imposto S/ Serviço	27.089,52D	164.089,22D	Despesas Diversas			
Imóveis em Construção	1.243.787,98D	1.243.787,98D	=Deduções de Prestação de Serviços	281.553,50D	164.089,22D	Contas de Apuração			
Construções em Andamento (1910)	1.243.787,98D	1.243.787,98D	=T o t a l - Deduções da Receita Bruta	433.671,61D	164.089,22D	Prov. P/ Imposto de Renda S/ Lucro	315.409,55D		
			=T o t a l - Contas de Resultado	433.671,61D		Prov. P/ Contrib. Social S/ Lucro	120.027,44D		
			Contas de Resultado	5.198.500,88C	3.119.044,10C	=Contas de Apuração	435.436,99D		
			Despesas de Revenda de Mercadoria			=Despesas Diversas	435.436,99D	5.178.947,67D	
Passivo	16.447.848,74C	16.225.447,70C	Despesa Operacionais			=T o t a l - Outras Despesas	6.789.972,15D	5.985.394,11D	
Passivo Circulante	13.204.001,91C	10.607.416,38C	Mercadorias	821.365,81D	806.446,44D	=T o t a l - Contas de Resultado			
Fornecedores	323.779,87C	234.033,29C	=Despesa Operacionais	821.365,81D	806.446,44D	Custos	7.617.504,02D		
Fornecedores Nacionais (2518)	323.779,87C	234.033,29C	=T o t a l - Despesas de Revenda de Mercadoria	821.365,81D	806.446,44D	Custo de Mercadorias Revendidas			
Bancos Privados do Brasil	1.950.804,95C	2.846.955,66C	Outras Despesas Não Operacionais			Custo de Mercadorias Revendidas			
Banco Itau S/A C/ Vinculada (3140)	1.950.804,95C	2.700.000,00C	Outras Despesas Eventuais - Não Operacionais			Custos Mercadorias Vendidas	14.365,71D		
Outros Financiamentos de Curto Prazo	10.197.703,34C	7.124.061,33C	Despesas C/ Depreciação	6.166,06D		=Custo de Mercadorias Revendidas	14.365,71D		
Notas Fiscais a Faturar (6726)	8.959.368,40C	5.874.684,20C	=Outras Despesas Eventuais - Não Operacionais	6.166,06D		=T o t a l - Custo de Mercadorias Revendidas	14.365,71D		
Emprestimos a Pagar (4098)	1.238.334,94C	1.249.377,13C	=T o t a l - Outras Despesas Não Operacionais	6.166,06D		=T o t a l - Custos	14.365,71D		
Imposto de Renda Retido na Fonte	946,22C	7.124.061,33C	Outras Despesas			Resultado do Exercício			
IRRF a Recolher - Terceiros (2690)	36,00C	76,97C	Despesas Bancárias			Receitas	5.198.500,88C	3.119.044,10C	
INSS Retido a Recolher (2692)	910,22C		Despesas Comissões Bancárias			Despesas + Custo	7.631.869,73D	5.985.394,11D	
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	265.020,22C	76,97C	Despesa C/ Juros	15.117,74D	19.594,40D	Prejuízo Líquido do Exercício:	2.433.368,85	2.866.350,01	
Prov. P/ Contribuição Social (9416)	72.799,47C		Imposto S/ Operações Financeiras	133.215,16D	13.167,07D				
Prov. P/ Imposto de Renda (9417)	192.220,75C		=Despesas Bancárias	14.787,98D	54.561,12D	Importa o presente Balanço Patrimonial somando no Ativo e no Passivo 16.447.848,74			
Impostos Federais	57.945,60C	327,68C	Despesas com Cartão de Crédito	163.120,88D	87.322,59D	(Dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos) de acordo com a documentação que nos foi apresentada.			
Cofins a Recolher (13811)	49.458,68C		Despesas e Comissões Cartão de Crédito			Importa a presente Demonstração de Resultado com prejuízo de 2.433.368,85 (Dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) de acordo com a documentação que nos foi apresentada. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025			
Pis a Recolher (9377)	8.213,01C		Despesas com Pessoa						
Pis 10633 (4,65%) (809)	273,91C	327,68C	13° Salário	35.035,89D	37.256,61D				
Impostos Estaduais	49.050,41C	3.537,55C	Contribuição P/FGTS	87.511,91D	68.708,63D				
ICMS a Recolher (2593)	49.050,41C	23.320,78C	Contribuição P/FGTS 50%	8.133,64D	6.859,84D				
Impostos Municipais	55.824,00C								
ISS a Recolher (2712)	55.824,00C								
					</				

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 47.589.413/0001-17

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 03/09/2026, às 11:00 do Horário de Brasília, de forma presencial, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Biennenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Eleição dos membros suplentes do Conselho Fiscal, nos termos previstos no Estatuto Social desta Companhia. 2. Eleição de 1 (um) Conselheiro de Administração Independente, em cumprimento ao Art. 5º, §6º, da Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF). Nos termos do art. 16, §5º, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, representante legal do respectivo acionista ou advogado. Por fim, informa-se que a documentação pertinente às matérias constantes na ordem do dia encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, desde a publicação deste edital, nos termos do art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/1976. Rio de Janeiro, 24/08/2026, **Ricardo de Almeida Abreu**, (Diretor), (25, 26 e 27/08/2026)

PPI TECHNOLOGY DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA.

CNPJ/MF nº 10.718.420/0001-61 - NIRE nº 33.2.0832919-3

Edital de Convocação:

Ficam convocados os sócios da PPI TECHNOLOGY DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, a realizar-se, em primeira convocação, no dia 2 de setembro de 2026, às 10:00 horas, na atual sede social da Sociedade, localizada na Praça Luiz Lawrie Reid, nº 104, sala 105 – Parte, Macaé, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27910-400, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) alteração do endereço da sede da Sociedade, com sua transferência do Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, para a Avenida Presidente Wilson, nº 165, sala 601, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20030-904; (ii) substituição do atual administrador da Sociedade e nomeação do Sr. Carlos Alberto Teixeira para exercer o cargo de Administrador; (iii) aprovação da correspondente 9ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, contemplando as deliberações acima, bem como a consolidação do Contrato Social; e (iv) autorização para a prática de todos os atos necessários ao arquivamento, registro e implementação das deliberações aprovadas. Macaé, 24 de agosto de 2026.

PPI TECHNOLOGY DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL

PROCESSO Nº: 1836/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026	Data de Abertura: 16/09/2026 Horário: 10h00min (horário de Brasília) Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br					
Unidade Contratante: Administração - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ						
Objeto						
Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada em INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MAIOR LANCE GLOBAL PARA PRESTAÇÃO DE FORMA EXCLUSIVA, DOS SERVIÇOS REFERENTES À CENTRALIZAÇÃO, AO PROCESSAMENTO E AO GERENCIAMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO SALARIAL DOS SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS), DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO E DEMAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS DE FORMA NÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AUTARQUIAS DE ARRAIAL DO CABO - RJ.						
Valor estimado						
R\$ 8.659.662,00 (Oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais)						
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento			
Não	Não	Aberto	MAIOR LANCE GLOBAL			
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio			
Não	Não	Não	Sim			
Intervalo mínimo de diferença monetária entre lances						
01% (um por cento) do respectivo valor						
Pregoeiro						
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)						
Fundamento Legal						
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes						
Observações Gerais:						
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras do Licitanet e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br .						
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos						

TARIFAÇÃO

Negociadores de Brasil e EUA voltam a se reunir na segunda

FLÁVIA SAID/AE

A reunião entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa (foto), e o representante comercial dos estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, foi agendada para a próxima segunda-feira, às 14h30, no horário de Brasília.

A intenção do governo brasileiro é ampliar a lista de exceções à tarifa de 25% aplicada pelos EUA a produtos brasileiros. A taxaço foi justificada pelo governo norte-americano como uma "punição" por práticas comerciais consideradas desleais após uma investigação que envolveu temas díspares como o Pix, etanol e desmatamento na Amazônia.

Além dessa tarifa, o Brasil está sujeito à taxaço de 12,5% aplicada a várias economias, sob a justificativa de falhas no combate ao trabalho forçado.

Segundo dados do MDIC, a nova tarifa deve atingir cerca de 18% das exportações brasileiras destinadas ao mercado norte-americano - o equivalente a US\$ 7,4 bilhões, considerando os embarques registrados em 2024.

Se considerada a pauta exportadora de 2025, a participação dos setores alcançados pela medida cai para 15% das vendas aos Estados Unidos, correspondendo a US\$ 5,8 bilhões.

A agenda entre as duas autoridades foi destravada após telefonema do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na sexta-feira, 21.



WIKIPÉDIA

Lula e Trump conversaram por uma hora e 20 minutos. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Lula reiterou pedido para que Brasil e EUA insistam na negociação para retirar o tarifaço imposto a produtos brasileiros e Trump, de acordo com o governo brasileiro, "concordou com a necessidade de preservar vínculos comerciais fortes e propôs que equipes dos dois países voltassem a se reunir o mais brevemente possível".

No começo de agosto, os Estados Unidos aceitaram as consultas pedidas pelo Brasil na OMC e a China solicitou participação no processo. Para o mi-

nistro Márcio Elias Rosa, o aceite do governo americano foi positivo, "porque eles podiam simplesmente ignorar", segundo o ministro.

TARIFAÇÃO

Em julho, o USTR impôs uma sobretaxa de 25% sobre vários produtos provenientes do Brasil, após cerca de um ano de análise.

Foram taxados exportadores de ferro e aço, vestuário, calçados, açúcar, etanol, produtos farmacêuticos, maquinário agrícola, máquinas elétricas não voltadas ao setor de aviação, além de outros produtos manufaturados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 223/2026

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 223/2026 no dia 08/09/2026 às 11h00min. - Objeto: Materiais de consumo médico de próteses, cateteres e outros materiais para hemodinâmica infantil (OPME) (Cateter Balão Para Angioplastia, Cateter Balão Para Aplicação De Stents, Cateter Balão Para Medidas De Defeitos Do Septo Interatrial etc.) Processo nº. 33409.008540/2025-64. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.05/2025

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS(DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL E OUTROS)(07 ITENS),estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.009078/2026-11. Abertura da sessão pública às 10h do dia 08/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

COPACABANA MAR HOTEL S/A			
CNPJ: 28.585.602/0001-77 - NIRE: 333.0001733-0			
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2023			
	2023		
Ativo	10.226.758,16D	Outras Obrigações Sociais e Estatutárias a L/P	61.446,00C
Ativo Circulante	1.043.706,13D	C/C Sócios (3573)	61.446,00C
Caixa	11.801,82D	Patrimônio Líquido	8.319.446,53C
Caixa (43)	11.801,82D	Capital Realizado	11.550.000,00C
Banco Conta Movimento	93.187,19D	Reserva Para Aumento de Capital	98,45C
Banco Itau S/A C/ Movimento (191)	90.827,19D	Reserva P/ Aumento de Capital (9679)	98,45C
Caixa Econômica Federal C/ Movimento (272)	2.360,00D	Lucro e Prejuízo do Período	3.230.651,92D
Estoques em Geral	14.365,71D	Lucros do Exercício (3980)	0,30C
Mercadorias P/Revenda (1252)	14.365,71D	Prejuízos Acumulados (4030)	3.230.652,22D
IRPJ- Imposto de Renda - Pessoa Jurídica	303,39D	Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2023 até 31/12/2023	
IRRF a Recuperar - Itau (33219)	6,65D		
IRRF a Recuperar - Caixa Economica Federal (5240)	296,74D	2023	
Cartões de Crédito a Receber	191.112,42D	Contas de Resultado	
Redecard Mastercard (99925)	191.112,42D	Contas de Resultados Credoras	
Outras Contas a Receber	732.935,60D	Receita de Prestação de Serviços	
C/C Copacabana Praia Hotel (5360)	100.000,00D	Receita Bruta de Prestação de Serviços	
C/C KPC Energia e Locação (5374)	625.000,00D	Serviços	2.460.578,04C
C/C Sales Bar de Copa Ltda (5423)	7.935,60D	=Receita Bruta de Prestação de Serviços	2.460.578,04C
Ativo Não Circulante	9.183.052,03D	=Receita de Prestação de Serviços	2.460.578,04C
Imobilizado	9.183.052,03D	Outras Receitas	
Terrenos	1.173.012,97D	Outras Receitas Brutas	
Terrenos (2160)	1.173.012,97D	Bonificações	65,00C
Edifícios e Construções	7.171.696,13D	=Outras Receitas Brutas	65,00C
Imóveis (2070)	7.171.696,13D	Receitas Financeiras	
Móveis, Utensílios e Instalações Não Industriais	1.158.529,46D	Descontos Obtidos	795,35C
Móveis e Utensílios (2119)	1.158.529,46D	Rendim. de Aplicação Financeira	1.516,95C
Outras Imobilizações	1.563.974,51C	=Receitas Financeiras	2.312,30C
Rouparia (2011)	17.511,28D	=Outras Receitas	2.377,30C
(-) Depreciações Acumuladas (2259)	1.607.314,63C	Receitas Eventuais	
Outras Imobilizações (8672)	25.828,84D	Receitas Brutas Eventuais	
Bens Cedidos em Comodato (5043)	4.109,12D	Resultado de Exercícios Anteriores	4.683.031,24C
(-) Bens Reservados para Comodato (5050)	4.109,12C	=Receitas Brutas Eventuais	4.683.031,24C
Imóveis em Construção	1.243.787,98D	=Receitas Eventuais	4.683.031,24C
Construções em Andamento (1910)	1.243.787,98D	=T o t a l - Contas de Resultados Credoras	7.145.986,58C
	2023	Deduções da Receita Bruta	
Passivo	10.226.758,16C	Deduções de Prestação de Serviços	
Passivo Circulante	1.845.865,63C	Imposto S/ Serviço	122.170,22D
Fornecedores	2.340,69C	=Deduções de Prestação de Serviços	122.170,22D
Fornecedores Nacionais (2518)	2.340,69C	=T o t a l - Deduções da Receita Bruta	122.170,22D
Bancos Privados do Brasil	321.339,90C	=T o t a l - Contas de Resultado	
Banco Itau S/A C/ Financ. (2909)	321.339,90C	Contas de Resultado	7.023.816,36C
Outros Financiamentos de Curto Prazo	1.298.892,58C	Despesas de Revenda de Mercadoria	
Emprestimos a Pagar (4098)	1.298.892,58C	Despesa Operacionais	
Imposto de Renda Retido na Fonte	36,00C	Mercadorias	37.164,62D
IRRF a Recolher - Terceiros (2690)	36,00C	=Despesa Operacionais	37.164,62D
Impostos Federais	117,73C	=Total - Despesas de Revenda de Mercadoria	37.164,62D
Lei 10833 (4,65%) (809)	117,73C	Outras Despesas	
Impostos Estaduais	2.974,28C	Despesas Bancárias	
ICMS a Recolher (2593)	2.974,28C	Despesas e Comissões Bancárias	9.875,87D
Impostos Municipais	11.045,42C	Despesa C/ Juros	32.513,00D
ISS a Recolher (2712)	11.045,42C	Imposto S/ Operações Financeiras	2.987,88D
Ordenados e Salários a Pagar	47.942,23C	=Despesas Bancárias	45.376,75D
Salários a Pagar (2780)	47.942,23C	Despesas com Cartão de Crédito	
Contribuição ao INSS	149.959,34C	Despesas e Comissões Cartão de Crédito	109.060,65D
Previdência Social a Recolher (2755)	149.959,34C	=Despesas com Cartão de Crédito	109.060,65D
FGTS	7.954,99C	Outras Despesas Financeiras	
FGTS a Recolher (7544)	7.954,99C	Multas Diversas	250,00D
Indenizações Trabalhistas a Pagar	673,98C	=Outras Despesas Financeiras	250,00D
Pensão Alimentícia a Pagar (2747)	673,98C	Despesas com Pessoal	
Débitos Previdenciários a Pagar	1.196,04C	13º Salário	31.215,41D
Imposto de Renda a Recolher - Folha (2763)	1.196,04C	Despesas C/ Vale Transporte	130,00D
Outras Obrigações Administrativas e Operacionais	1.392,45C	Outras Despesas C/ Pessoal	441.268,64D
Outras Contas a Pagar (2542)	1.335,97C	13º Salário	10.340,64D
Telefone (2548)	56,48C	Contribuição P/FGTS	81.138,60D
Passivo Não Circulante	61.446,00C	Contribuição P/FGTS 50%	132.519,29D

FINANÇAS ‘PATINANDO’

Haddad: gestão de Tarcísio deve deixar déficit de R\$ 9 bi

MARIA MAGNABOSCO,
RAYLLANNA CARDOSO
E MATEUS FAGUNDES/AE

O candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad (PT) **(foto)** afirmou ontem, que o Estado deve registrar déficit de R\$ 9 bilhões, apesar da renegociação da dívida com a União, e disse que as finanças da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) estão "patinando". A declaração foi dada em sabatina da revista Veja.

Ex-ministro da Fazenda, Haddad afirmou que manteve diálogo com Tarcísio sobre as contas estaduais e que o governo federal deu tratamento "republicano" à atual administração paulista durante sua passagem pelo ministério.

"Nós tratamos o governador, do ponto de vista republicano, de maneira impecável. Mas,

apesar do apoio nacional que estamos dando, as finanças do governo de São Paulo estão patinando", afirmou.

Haddad disse que, caso seja eleito, pretende revisar as contas deixadas pela atual administração. Segundo o candidato, será necessário fazer um "pente fino" nas finanças do estado para avaliar a situação fiscal recebida do governo Tarcísio.

Ex-prefeito de São Paulo, Haddad disputa novamente o governo paulista e tem Tarcísio, candidato à reeleição, como principal adversário.

"Eu vejo uma deterioração das contas públicas, deixada pela atual gestão, que não está sabendo aproveitar as condições econômicas", diz Haddad.

Durante a sabatina, o petista também comentou a polarização da eleição estadual. "As pessoas não têm a capacidade de citar um terceiro nome, aí a polarização fica muito grande", disse.



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Oposição joga no medo e no terror com a economia, como em 2022, afirma Haddad

MATEUS FAGUNDES,
RAYLLANNA CARDOSO
E MARIA MAGNABOSCO/AE

O candidato ao governo de São Paulo e ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) afirmou ontem, que a oposição repete nesta eleição uma estratégia de explorar o medo em relação à economia que, segundo ele, já foi utilizada contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(PT) na campanha de 2022. A declaração foi dada em sabatina da revista Veja.

"Nós estamos em um mundo em que a narrativa vale mais do que a realidade", afirmou Haddad. O ex-ministro citou declarações de seu antecessor na Fazenda, Paulo Guedes, durante a eleição de 2022. "Você lembra que o Paulo Guedes falou em 2022 que, se o Lula fosse eleito, o Brasil ia virar uma Venezuela, uma Ar-

gentina? Isso está acontecendo de novo nestas eleições", disse.

"Estamos vivendo a mesma histeria com a economia de quando Lula foi eleito", afirmou.

Haddad reconheceu que ainda há ajustes a serem feitos nas contas públicas, mas disse enxergar perspectivas de crescimento. "Tem um trabalho a ser concluído ainda na questão de contas públicas, mas eu vejo um horizonte de desenvolvimento

para o Brasil", declarou.

O candidato também comparou o desempenho brasileiro com a situação da Argentina sob o governo de Javier Milei. "Eu passei meses ouvindo que o Brasil ia virar uma Argentina. A Argentina está na fila do osso, nós saímos da fila do osso", afirmou.

"Eu não caio nessa histeria. A oposição de extrema direita aposta no terror para virar voto", acrescentou.

ENERGIA

Enel: sem investimentos, concessão não será renovada, diz Haddad

MARIANA RIBAS
E GEOVANI BUCCI/AE

O ex-ministro da Fazenda e candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, afirmou ontem, acreditar que, se não houver, por parte da Enel, um compromisso com a ampliação dos investimentos, "duvido que o governo federal vai renovar a concessão". A declaração foi feita durante coletiva de imprensa no ABDIB Fórum Eleições 2026, em São Paulo.

"Eu quero crer que, se não houver, da parte da Enel, não verbalmente, mas objetivamente, um compromisso com a ampliação dos investimentos, eu duvido que o governo federal vai renovar a concessão. É uma concessão que tem 30 anos, vamos nos lembrar", disse.

Em relação a Sabesp, ele voltou a afirmar que, se o caminho não for corrigido, a empresa será transformada em uma "Enel das Águas". "Então, se a Enel é um problema, como é que a Sabesp em tão pouco tempo con-

seguiu se tornar um problema ainda maior? Essa é a questão", enfatizou.

'Suspensão da reforma tributária é deletério para SP'

Durante sabatina no ABDIB Fórum Eleições 2026, Fernando Haddad reagiu ao discurso do candidato à presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) em defesa da suspensão da Reforma Tributária. Para o petista, isso é "deletério para São Paulo".

O ex-ministro defende que a Reforma Tributária será positi-

va para São Paulo, principalmente por colocar um fim na guerra fiscal (concessão de benefícios em diferentes regiões do País para atrair empresas). "Eu digo isso sobretudo porque São Paulo, com a reforma tributária, vai ter uma oportunidade única", disse.

Ele continuou: "O Estado tem que apoiar a reforma tributária. Esse discurso do Flávio Bolsonaro de que vai suspender a reforma tributária, se for eleito, é deletério para o Estado de São Paulo", disse.

COMO APROVEITAR

Para ser atendido, recomenda-se levar documento oficial com foto (como o Registro Nacional Migratório - RNM no caso de imigrantes, ou RG) e o CPF, caso possua. Se o documento migratório estiver vencido, a equipe com a Van do CRAI prestará apoio e orientação para a regularização no próprio local.

A ação dialoga diretamente com os objetivos do Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, especialmente no que tange à geração de emprego e renda, qualificação profissional e acesso à cidadania, promovendo a integração e a difusão de informações sobre boas práticas no mundo do trabalho.

PESQUISA QUAEST

No 1º turno, Tarcísio tem 40%, Haddad 27% e Edjane 2%

RAYLLANNA CARDOSO E
MATEUS FAGUNDES/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem 40% das intenções de voto na disputa pela reeleição, ante 27% do ex-ministro Fernando Haddad (PT), segundo pesquisa Quæst divulgada ontem. Policial Edjane (Agir) aparece com 2%.

Na comparação com a rodada anterior, divulgada em 29 de julho, Tarcísio oscilou um ponto porcentual para baixo, de 41% para 40%, enquanto Haddad variou um ponto para cima, de 26% para 27%. Com isso, a vantagem numérica do governador passou de 15 para 13 pontos por-

centuais. As movimentações ocorreram dentro da margem de erro.

Tarcísio e Haddad permanecem isolados nas duas primeiras posições. A pesquisa também testou as candidaturas de Vera Lúcia (PSTU), Carlos Machado (PCB), Vivian Mendes (UP) e Izadora Dias (PCO).

O levantamento ouviu presencialmente 1.800 eleitores paulistas entre os dias 21 e 24 de agosto. A margem de erro é de dois pontos porcentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%. A pesquisa foi contratada pela Globo Comunicação e Participações e está registrada na Justiça Eleitoral sob os números SP-06946/2026 e BR-09818/2026.

BESTEIROL TARCÍSIO

Só 15 minutos de trabalho de Mansueto já resolve questão fiscal

MARIANA RIBAS
E GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem, que sua gestão tem uma "preocupação enorme" com a situação fiscal no País e que, com a eleição presidencial, um endereçamento da questão fiscal precisa ficar claro. A declaração foi feita durante sabatina no ABDIB Fórum Eleições 2026, em São Paulo.

Diante da preocupação com a situação fiscal do País, segundo Freitas, "só quinze minutos de trabalho do Mansueto (Almeida), a gente resol-

ve toda a questão fiscal do Brasil, não precisa mais do que isso. A gente vai ver a curva mudando de direção, a gente vai ver o fluxo de capital voltando, a gente vai ver os juros descendo, a inflação baixando", disse.

"A gente sempre fica com medo da repercussão fiscal, que acaba interferindo em receita e, portanto, a gente fica depois em uma situação mais complicada", disse. "Nós estamos caminhando para uma eleição presidencial e um projeto precisa ficar na mesa, as pessoas têm que ser claras. Qual é o plano? Pra onde que a gente vai? Qual é o endereçamento que nós vamos dar pra questão fiscal?", afirmou.

VIOLÊNCIA

Prefeitura amplia e política permanente de proteção às mulheres

A Prefeitura de São Paulo consolidou uma política permanente de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, com novas ferramentas para monitorar casos, reforçar a proteção, ampliar o atendimento e responsabilizar autores de violência. Publicado na segunda-feira passada, o Decreto nº 65.462 estabelece a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas e reúne ações de diferentes áreas da administração em uma estratégia contínua, com acompanhamento de resultados e integração com instituições do sistema de Justiça e de segurança pública.

Entre as principais medidas está a integração do Programa Guardiã Maria da Penha à Central de Monitoramento do Smart Sampa. Com isso, os acionamentos de mulheres cadastradas terão prioridade e o sistema poderá apoiar o acompanhamento de medidas protetivas. Quando um homem procurado em razão de medida protetiva for localizado, a Guarda Civil Metropolitana poderá fazer a comunicação administrativa das restrições determinadas pela Justiça, sem substituir a intimação judicial.

A política também cria o Painel Lilás, plataforma pública que reunirá indicadores municipais de violência contra meninas e mulheres. Os dados serão atualizados men-

salmente e disponibilizados em formato aberto, permitindo acompanhar a evolução dos casos e das ações de enfrentamento na cidade.

A consolidação da política transforma a proteção às mulheres em uma agenda permanente da Prefeitura, com governança, monitoramento e continuidade. O decreto organiza as ações municipais em dez eixos, que abrangem prevenção, proteção, atendimento, responsabilização, monitoramento da violência e promoção da autonomia econômica, habitacional e jurídica.

MAIS SERVIÇOS

A rede municipal de atendimento será ampliada com a abertura de uma nova Casa da Mulher Paulistana no Grajaú e a implantação de um Centro Esportivo para mulheres. O decreto também prevê a ampliação do Programa Tem Saída, para alcançar um número maior de mulheres, e a realização de oficinas, mutirões de serviços e rodas de conversa nas cinco regiões da cidade.

Pelo CredSampa, a Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPÁ) deverá oferecer linha de crédito e trilha de capacitação específicas para mulheres, com garantia do fundo de aval municipal. A medida integra a estratégia de fortalecimento da autonomia econômica como instrumento para ajudar mulheres a romper situações de violência.

ZONA LESTE

Prefeitura de SP promove 4º Mutirão de Empregabilidade e Cidadania

A Prefeitura de São Paulo realiza no dia 31 de agosto, segunda-feira, o 4º Mutirão de Empregabilidade e Cidadania. O evento acontecerá das 9h às 16h, no Parque Jardim Sapopemba, região de São Mateus, na Zona Leste, e tem como público-alvo imigrantes e munícipes que buscam vagas de emprego, acesso e/ou orientação sobre serviços públicos de assistência social, direitos humanos, orientação jurídica, entre outros atendimentos gratuitos.

Durante a ação, estarão presentes secretarias e órgãos parceiros oferecendo diversos serviços, como a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) — por meio do Centro de Referência e Atendi-

mento para Imigrantes (CRAI), da Unidade Móvel de Atendimento a Mulheres e da Ouvidoria de Direitos Humanos —, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), com os serviços de empregabilidade do CATE Móvel, e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), com atendimento e atualização do CadÚnico.

A iniciativa conta ainda com o apoio da Defensoria Pública da União (DPU), da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Conselho Participativo Municipal e da OIM, Agência da ONU para as Migrações. Empresas parcei-

ras também participarão do mutirão realizando processos seletivos.

De acordo com as diretrizes da Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), instituída pela Lei Municipal nº 16.478/2016 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 57.533/2016, os Mutirões de Empregabilidade e Cidadania estão alinhados ao eixo de Promoção do Trabalho Decente, com o objetivo de ampliar o acesso às oportunidades de trabalho formal e fortalecer a inclusão produtiva e social. O Mutirão é descentralizado e já foi realizado no Parque Raul Seixas em Itaquera, Parque Jardim da Luz e Parque Princesa Isabel ambos no Centro.

JUSTIÇA

Benedito Gonçalves toma posse como corregedor nacional

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomou posse ontem, como corregedor nacional de Justiça para o biênio 2026-2028. Ele substitui no cargo o ministro Mauro Campbell Marques, que assumiu a vice-presidência do STJ na semana passada. A indicação de Gonçalves à corregedoria foi aprovada pelo Senado em junho com 53 votos favoráveis e 16 contrários.

Em seu discurso, Gonçalves destacou as dimensões da Justiça brasileira e a necessidade de prevenir disfunções e tornar o Judiciário mais eficiente. Também ressaltou que a tecnologia "nunca poderá substituir a presença pessoal e afastar o juiz da realidade local".

"Orientar antes de sancionar e prevenir antes de reprimir não significa tolerar descumprimentos injustificados dos deveres funcionais. Significa agir com método, propor-

cionalidade e segurança jurídica", afirmou.

A cerimônia de posse foi realizada no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Também compareceram os ministros Alexandre de Moraes e Kássio Nunes Marques.

Ao discursar, Fachin lembrou a atuação de Gonçalves como corregedor-geral da Justiça Eleitoral. Ele ocupou o cargo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde relatou ação que tornou o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível por abuso de poder político nas eleições de 2022.

"Sua Excelência fez como devem agir os magistrados, por meio dos autos, da descrição, da serenidade e da firmeza, olhando as provas à luz da Constituição e da lei. Um exemplo", exaltou o presidente do Supremo e do CNJ.

GOIÁS

Caso de jovem acorrentada pelo ex repercute no mundo

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O caso de Emiliane Tamara Nunes de Carvalho, de 24 anos, que foi sequestrada pelo ex-marido e encontrada amordaçada e acorrentada após cinco dias desaparecida em Águas Lindas de Goiás (GO), repercutiu na imprensa internacional.

"Um vídeo arrepiante obtido pela Jam Press mostra policiais arromando a porta de um quarto após ouvirem uma mulher gritar. Lá dentro, encontraram Carvalho visivelmente tremendo de medo, com uma máscara de gás no rosto, enquanto era libertada das cordas e correntes", escreveu o New York Post, dos Estados Unidos.

O tabloide diário do Reino Unido, Daily Star, também publicou a notícia. "Imagens dramáticas mostram o momento em que a polícia invadiu a propriedade e chegou ao quarto onde Emiliane Tamara Nunes Carvalho estava sendo mantida em cativeiro", disse O caso foi noticiado ainda pelo Zamin.uz, do Uzbequistão, e o PerthNow, da Austrália. Ailton Rodrigues, de 50 anos, foi preso em flagrante. Ele passou por audiência de custódia e segue preso preventivamente. A defesa disse que não irá se manifestar.

10 BOLETINS

Emiliane ficou na segunda-feira, que o ex-companheiro já tinha tentado matá-la antes do sequestro. "Ele soltou as rodas do meu pneu para eu capotar e morrer", disse Emiliane à TV Anhanguera, filiada da Rede Globo em Goiás.

A defesa do acusado alega que não identificou prova concreta que demonstre a autoria do fato. Segundo Emiliane, Ailton dizia que ela era dele ou não seria de mais ninguém.

Na entrevista, ela afirmou que fez mais de 10 boletins de ocorrência contra o ex, mas nenhuma medida foi tomada. "Ninguém investigou nada. Ninguém nunca olhou, mesmo eu falando que ele ia me machucar." A vítima relatou ainda que o ex não aceitou o fim do casamento e cometeu inúmeros outros crimes: estourou bomba na sua casa, pichou o seu muro, quebrou câmera de segurança e colocou soda cáustica na sua caixa de água.

Antes do resgate na última sexta-feira, ela ficou cinco dias desaparecida após se encontrar

com Ailton na distribuidora de bebidas que pertence ao casal. O ex-marido já estava com "tudo preparado", disse Emiliane. Ele teria colocado um pano embebido em produto químico na boca e no nariz da vítima e, posteriormente, em sua garganta, até ela ficar inconsciente, deixando feridas.

Em seguida, Emiliane conta que o ex-marido a levou até um imóvel, a cerca de cinco minutos da sua casa, e afirmou que de lá ela não sairia mais. Amordaçada e amarrada, ela ouviu do ex-marido que "a vida dele acabou e que a minha vida acabou com a dele".

SODA CÁUSTICA

Ao Estadão, a delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), Tamires Ávila Teixeira, responsável pelo caso, afirmou que Emiliana já havia procurado a delegacia para buscar medidas protetivas e relatado a perseguição que sofria. Em uma das denúncias, ela acusou o ex-marido de colocar soda cáustica na caixa d'água.

"Ela abriu o chuveiro para tomar banho quando sentiu queimar a sua pele", disse a delegada. Após coletadas amostras requisitadas a perícia toxicológica e o exame de corpo e delito para avaliar as lesões, o Judiciário entendeu que não havia como vincular essas condutas ao investigado e as medidas foram indeferidas.

Segundo a delegada, o acusado agia de forma meticulosa e perspicaz para dar a entender que as condutas não fossem vinculadas a ele. Neste momento, as investigações continuam na DEAM de Águas Lindas de Goiás para avaliar se ele agiu sozinho e os outros crimes praticados.

Emiliane é técnica de enfermagem e tem dois filhos com o ex-marido. Em vídeo publicado nas redes sociais neste domingo, 23, ela pede que as pessoas não comentem o ocorrido com as crianças.

A jovem está em casa e tem gravado vídeos relatando o caso nas redes sociais. Em uma sequência de stories no Instagram no sábado, a vítima se emocionou ao relatar que todos os seus pertences sumiram e falou sobre preocupação com os filhos. "Agora está caindo a ficha de todos os problemas da vida real de uma mulher", disse.

CÓDIGO DE DEFESA

STF ‘proíbe’ devedor contumaz pedir recuperação judicial

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu confirmar a validade da regra do Código de Defesa do Contribuinte (Lei Complementar 225/2026) que proibiu empresas que são devedoras contumazes de solicitarem recuperação judicial. A decisão foi tomada no dia 21 deste mês.

Por unanimidade, o plenário virtual da Corte rejeitou ação protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para suspender esse trecho da norma. Para a entidade, a proibição impede o acesso à Justiça e representa uma forma coercitiva de cobrança de impostos.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator, ministro Flávio Dino. No entendimento do ministro, a lei criou uma proteção para que o Estado possa se proteger de empresas que não pagam impostos de forma reiterada.

"O princípio da preservação da empresa deve recair sobre unidades que operam sob a égide da boa-fé e da lealdade fiscal, hipótese que não se coaduna com o agir do devedor contumaz, o qual incorpora o não pagamento de tributos, reitere, ao seu modelo de negócios", afirmou o relator.

O entendimento pela validade da lei foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Cris-

tiano Zanin, Edson Fachin, André Mendonça, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Nunes Marques.

DEVEDOR CONTUMAZ

A lei aprovada pela Câmara em dezembro criou a figura do devedor contumaz. A categoria abrange empresas que praticam inadimplência reiterada, utilizando a prática como estratégia de negócio.

De acordo com a Receita Federal, a medida busca fortalecer a conformidade tributária, estimular a concorrência leal e dar mais transparência às ações de fiscalização.

O órgão ressalta que a iniciativa não tem como foco empre-

sas que enfrentam dificuldades financeiras temporárias, mas casos em que a inadimplência é planejada para gerar vantagem competitiva.

Pelas regras, quem for comprovadamente um devedor contumaz fica impedido de receber benefícios fiscais, contratar com o Poder Público e não é beneficiado com extinção de punibilidade em crimes tributários caso pague o tributo.

Um processo administrativo é aberto para que o contribuinte possa se defender antes de ser considerado devedor contumaz. Até julho, a Receita Federal já enquadrou 22 pessoas jurídicas nessa categoria.

ANPD

8 milhões de crianças tiveram dados tratados irregularmente pelo TikTok

ROBERTA JANSEN
E GEOVANNA HORA/AE

Pelo menos 20% das crianças brasileiras (cerca de 8 milhões de jovens) tiveram seus dados pessoais tratados de forma irregular pelo TikTok, segundo informou a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A rede social foi multada ontem, em R\$ 153,7 milhões por falhas na proteção de informações pessoais dos jovens. Esta foi a primeira grande multa aplicada pela agência.

Nota Técnica publicada pela ANPD aponta que foram identificadas práticas em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em duas modalidades de acesso à plataforma: o "feed sem cadastro", disponível a qualquer usuário sem necessidade de criação de conta, e o "feed com cadastro", vinculado a um perfil registrado na rede social.

"A empresa realizou o tratamento potencialmente irregular de dados pessoais de, no mínimo, cerca de 8 milhões de crianças, em virtude do seu mecanismo pouco efetivo de verificação de idade no momento do cadastro", diz a nota técnica.

Em reposta, o TikTok informou que a segurança de crianças e adolescentes é uma prioridade absoluta da plataforma. "Há cinco anos, mantemos um diálogo transparente e colaborativo com a ANPD sobre a segurança de crianças e adolescentes, uma prioridade absoluta para o TikTok", sustenta. "Esse trabalho conjunto resultou em um Plano de Conformidade apresentado e aprovado pela agência em 2025."

Sobre a multa de R\$ 153,7 milhões, a rede social informou que "a decisão se refere a um pe-

ríodo anterior (2021) e não reflete as ações previstas nesse plano (de conformidade) nem as medidas voluntariamente implementadas desde então, que garantem o cumprimento da LGPD tanto na experiência logada quanto na não logada."

A nota técnica da ANPD destaca que o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a população de crianças do Brasil é de 19,8% do total de habitantes. Assim, existem aproximadamente 43 milhões de crianças no Brasil e, então, a ANPD chega ao percentual de 20% das crianças atingidas.

A agência informou ainda que está monitorando 22 redes sociais e aplicativos para a fiscalização de conteúdo pornográfico. O órgão federal monitora, por exemplo, os métodos usados pelas redes sociais para detectar tentativas e impedir a geração de conteúdo íntimo não autorizado por plataformas que geram imagens por inteligência artificial (IA).

Também é fiscalizada a existência de canais de denúncia disponíveis aos usuários. A ANPD não informou a lista de sites que estão nesse monitoramento específico. A criação de deep nudes (imagens falsas de pessoas nuas) tem sido um problema cada vez mais comum nas redes sociais.

O primeiro aplicativo do tipo foi criado em 2019 e logo viralizou. De lá para cá, ferramentas que criam conteúdos eróticos, inclusive de crianças e adolescentes, se popularizaram e casos têm parado na Justiça.

O trabalho da agência tem como base a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital e os recentes decretos

que atualizam o Marco Civil da Internet. "Seguindo o exemplo do que já acontece em outros países, estamos monitorando conteúdo pornográfico em 22 redes sociais e aplicativos para saber se estão cumprindo as obrigações dos novos decretos", afirmou a diretora da ANPD Lorena Giuberti Coutinho.

"Queremos saber, por exemplo, quais os canais de denúncia disponíveis aos usuários e que métodos são usados para detectar e garantir que não haja geração de conteúdo íntimo não autorizado por plataformas que geram imagens por meio de IA", afirma.

Neste mês, a agência já havia mandado o Discord suspender as lives após a transmissão do suicídio de uma adolescente. No entendimento do órgão federal, o Discord não tem ferramentas suficientes para a proteção de adolescentes - a empresa nega.

Pela nova decisão, o TikTok também deverá implementar um plano de conformidade para melhorar a proteção de crianças e adolescentes na rede social, mas não há suspensão de ferramentas.

Entre as medidas previstas estão a aplicação automática de configurações mais restritivas de privacidade às contas de usuários com menos de 16 anos - que só poderão ser alteradas com aval dos responsáveis -, o reforço dos sistemas de controle parental e a implementação de filtros de conteúdo mais rigorosos.

A agência deu 60 dias úteis para que a empresa elimine os dados pessoais de adolescentes de 13 a 18 anos cadastrados na rede social cuja representação ou assistência legal não seja regularizada neste período. A empresa também terá de comuni-

car a obrigação a terceiros com os quais tenha compartilhado esses dados.

Ao fim do prazo, a ByteDance, controladora do TikTok, terá cinco dias úteis para apresentar relatório técnico que comprove a eliminação dos dados. Caso descumpra as medidas, a empresa estará sujeita a multa de R\$ 137.081,49 por cada dia de atraso.

A ByteDance tem 10 dias úteis para recorrer da multa. No entanto, caso opte por renunciar a esse direito e pague a multa dentro do prazo de 20 dias úteis, a empresa terá desconto de 25% no valor. Na nota divulgada, a plataforma não informou se pretende ou não recorrer da multa.

O caso contra o TikTok foi baseado na LGPD, mas, segundo os diretores da ANPD, a empresa já se comprometeu a cumprir também obrigações previstas no ECA Digital.

"Os compromissos assumidos foram negociados com várias instâncias da empresa e nos parece que há interesse em cumprir com as obrigações assumidas no plano de conformidade. Mas nossa atuação não se encerra aqui. Vamos fiscalizar, acompanhar a execução do plano e tomar as medidas cabíveis se ele não estiver sendo cumprido", disse Lorena.

Para o diretor Fabrício Guimarães Madruga Lopes, a decisão contra o TikTok deve ter efeito pedagógico sobre outras plataformas. "A partir dessa decisão, esperamos um efeito propagador, irradiante, pedagógico sobre outras plataformas", afirmou. "Esperamos que entendam o recado e comecem a se adiantar. Não seria prudente aguardar a abertura de um processo".

Fontes Laranjeira concorda com decisões judiciais anteriores que concluíram pela ilegalidade das restrições.

"O acórdão [judicial de novembro de 2025] foi claro e expresso ao fundamentar que a imposição de um prazo máximo de antecedência para a compra do bilhete com desconto por pessoas idosas representou uma extrapolação do poder regulamentar, por criar barreira não prevista no Estatuto do Idoso", conclui o desembargador.

Responsável por regular a prestação de serviços de transporte rodoviário e ferroviário, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt) informou, em nota, que além de confirmar os direitos dos idosos, a decisão da 2ª Vara Cível de Porto Velho anulou a exigência dos interessados adquirirem as passagens com, no máximo, seis horas de antecedência.

ELEIÇÕES

Facebook falha em filtrar anúncio com desinformação

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

Um teste realizado pela Anistia Internacional Brasil apontou falhas do Facebook em filtrar anúncios com desinformação eleitoral. A análise foi divulgada ontem pela organização não governamental (ONG), a exatos 40 dias do primeiro turno das eleições gerais, em 4 de outubro.

De 14 publicações com conteúdo antidemocrático, mais da metade teve a programação aceita pela rede social, de propriedade da empresa americana Meta. Os conteúdos não chegaram a ser publicados.

A Anistia Internacional detalhou que submeteu ao Facebook 15 anúncios pagos, todos redigidos em português e direcionados exclusivamente à população brasileira em idade de votar, isto é, a partir de 16 anos. Entre eles, 14 continham desinformação eleitoral e apenas um era "neutro".

Os ativistas descrevem desinformação como uso de "informação falsa, de caráter deliberado". Os anúncios com esse tipo de conteúdo seguiram três estratégias:

- deslegitimação eleitoral: conteúdos que buscam minar a confiança nas eleições, nos sistemas de votação ou nos resultados eleitorais;
- construção do inimigo: apresentam adversários políticos e

tribunais como ameaças à nação ou como atores ilegítimos;

- autoritarismo com foco na segurança: apresentam o uso da força, a intervenção militar ou o governo de um líder autoritário como respostas necessárias à criminalidade ou à desordem política.

Um dos anúncios, por exemplo, sustentava: "precisamos de uma revolução militar, não vote nas eleições, e os militares retornarão o poder se menos de 50% votarem!".

Em diversas ocasiões, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já esclareceu que essa informação é falsa.

OITO APROVADOS

A ONG assinala que sete dos anúncios elaborados se concentraram em alegações intencionalmente enganosas sobre candidatos e instituições eleitorais, incluindo acusações de que determinados candidatos estariam fraudando a votação, além de questionamentos sobre a integridade do sistema de votação.

Os outros sete anúncios tinham informações falsas que poderiam interferir na capacidade das pessoas de votar, como dados incorretos sobre quando e como votar ou quais candidatos estavam concorrendo ao pleito.

De acordo com a ONG, todos os anúncios foram programados para serem veiculados em uma data futura, de forma que pudes-

sem ser cancelados pela Anistia Internacional antes da publicação, evitando que a desinformação se concretizasse.

O levantamento mostra que oito foram aprovados para publicação. Além disso, os sete rejeitados (incluindo um anúncio neutro) não o foram especificamente por conterem desinformação. Segundo os ativistas, a recusa foi justificada por serem anúncios sobre questões sociais, eleições ou política.

Nesse caso, a Anistia Internacional recebeu a resposta de que a conta precisaria concluir a verificação de identidade antes que os anúncios pudessem ser publicados.

"Essas notificações de rejeição não indicavam que os anúncios haviam sido rejeitados por causa de seu conteúdo", assinala a ONG.

SISTEMA DE MODERAÇÃO

Para a diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, Jurema Werneck, "o fato de o sistema de moderação da Meta não ter detectado mais da metade dos anúncios de desinformação eleitoral é profundamente alarmante".

"Isso mostra que a Meta não está fazendo o suficiente para impedir que sua plataforma seja um vetor de desinformação, ao mesmo tempo em que continua lucrando com os sistemas de conteúdo e publicidade que

possibilitam sua disseminação", completou.

De acordo com o balanço financeiro da Meta, que também é dona do Instagram, WhatsApp e Threads, mais de 97% da receita de US\$ 60 bilhões da companhia no segundo trimestre de 2026 vieram de publicidade.

DE FORA DO BRASIL

Além de não ter realizado a verificação de identidade antes de os anúncios terem sido programados, a ONG afirma que os envios foram feitos a partir de Londres, sem a utilização do mecanismo VPN (Rede Privada Virtual, na sigla em inglês), que oculta a localização geográfica real.

Para a Anistia Internacional, o fato de os anúncios poderem ser enviados de fora do Brasil motiva "sérias preocupações" quanto ao risco de campanhas de desinformação promovidas por atores nacionais ou estrangeiros interferirem nos processos eleitorais.

Para o pesquisador e consultor em Inteligência Artificial e Direitos Humanos da ONG, Ummar Bashir, a investigação indica que os sistemas de moderação do Facebook "podem não estar detectando de forma confiável" conteúdos de desinformação relacionados às eleições.

"Isso suscita sérias preocupações sobre se as salvaguardas eleitorais do Facebook estão sendo aplicadas de forma consistente", emenda.

APELO

Presidente do TSE conclama eleitores a comparecerem às urnas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, conclamou ontem os eleitores a comparecerem às urnas nas eleições de outubro.

Durante a abertura da sessão de julgamentos à noite, Kassio lembrou que faltam menos de 40 dias para o pleito e convidou os eleitores a exercerem "com orgulho" o direito de votar.

"Conclamo toda sociedade a se preparar para o pleito de outubro. Compareçam às urnas, exerçam com o orgulho o direito de escolher nossos representantes e continuem a ser a força viva da integridade da nossa democracia", afirmou.

O presidente também informou que o TSE realizou no último domingo uma eleição simulada no município de Paulino Neves, no Maranhão.

Para o ministro, a simulação confirmou que o sistema eletrônico de votação é seguro e transparente.

SÃO PAULO

TJSP alerta para golpes de leilão, precatórios e falso advogado

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Nem os tribunais de Justiça escapam da ousadia dos golpistas: o nome, o logotipo e informações do site do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), assim como de advogados, bancos e outras instituições públicas, estão sendo usados por quadrilhas especializadas para a prática de crimes. O aumento nas tentativas de golpes levou o TJSP a divulgar orientações e alertas aos cidadãos para que não sejam ludibriados.

As quadrilhas agem por meio de telefonemas, mensagens por aplicativos, cartas e com a criação de sites falsos de leilões. O TJ orienta que, se a fraude já foi consumada, é importante registrar boletim de ocorrência em uma delegacia para que as autoridades policiais possam investigar o caso. Recomenda ainda que informações sobre documentos do Judiciário paulista sejam confirmadas apenas pelos telefones das unidades cartorárias disponíveis no site do TJSP.

Os tribunais de Justiça de Es-

"O grande protagonista da festa da democracia é o povo, e o motor da nossa atuação é a soberania do voto. Mais do que testar tecnologias e procedimentos operacionais, essa simulação real serviu para reafirmar o compromisso: a Justiça Eleitoral está onde a população está", completou.

ELEIÇÕES

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

De acordo com o TSE, 158 milhões de eleitores estarão aptos a exercerem o direito de votar.

TRT

Justiça mantém suspensão de demissões das Casas Bahia

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Distrito Federal decidiu manter a liminar que proibiu as demissões em massa que foram efetivadas pelas Casas Bahia em todo o país.

A decisão foi proferida na noite de segunda-feira passada pela juíza Sandra Nara Bernardo Silva. A magistrada rejeitou

um mandado de segurança protocolado pela varejista após constatar que a empresa não apresentou todos os documentos necessários para o julgamento do caso.

Com a decisão, permanece válida a decisão de primeira instância que entendeu que as dispensas ocorreram sem a intervenção do sindicato da categoria, medida imprescindível confor-

me a legislação e a jurisprudência dos tribunais trabalhistas.

A empresa foi obrigada a restabelecer os vínculos trabalhistas e incluir os funcionários na folha de pagamento, no plano de saúde e a manter os benefícios assistenciais. Novas demissões só poderão ocorrer se tiverem intermediação dos sindicatos.

Após a suspensão das demissões, a varejista declarou que

MORDOMIAS

Presidente do TST dá penduricalho de 15% para servidores de 1ª e 2ª instâncias

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello (**foto**), editou ontem, ato em que institui penduricalho para servidores que ocupam os mais altos cargos de confiança na primeira e segunda instâncias da justiça trabalhista. A gratificação por atuação de alta complexidade técnica e administrativa (GAAC-TA) já havia sido concedida no âmbito de todos os tribunais superiores e da Justiça Federal.

Agora, valerá também para os tribunais regionais do trabalho, os TRTs. Vieira de Mello tomou a decisão na condição de presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Esse novo benefício dá direito a adicional de 15% da remuneração e contempla quem ocupa cargos de assessoramento direto de magistrados.

Conforme revelou o Estadão, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) criou a vantagem em maio, quando teve início um efeito em cadeia no Judiciário, inclusive no Supremo Tribunal Federal onde o penduricalho é ainda mais generoso. no STF, o pagamento chega a 22,5% e premia chefes de



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

gabinetes de ministros.

Com caráter indenizatório, a GAAC-TA não tem desconto de impostos e vai aumentar os vencimentos de funcionários que já recebem pagamentos extras pelo exercício de cargos comissionados. Também serão contemplados "servidores que exerçam atuação estratégica de interesse nacional sob a direção do Conselho Superior da Justiça do Trabalho".

Em fevereiro, o ministro Flávio Dino, do STF, estabeleceu uma série de normas que buscam frear a profusão de verbas indenizatórias no contracheque de juízes. Dentre as regras está a impossibilidade de criar novos be-

nefícios por meio de ato administrativo, sem previsão em lei ou sem reconhecimento de legalidade em ação direta no Supremo.

A decisão de Dino, contudo, não se aplicava aos servidores. Por isso, tribunais e conselhos superiores, além do próprio STF, criaram penduricalhos para seus assessores.

O presidente TST vinha se manifestando contra a expansão das remunerações. Em novembro do ano passado, ele criticou o que chamou de "gamificação" remuneratória no Judiciário com expansão excessiva dos penduricalhos e cobrou um freio para a criação de novos benefícios por meio de decisões

respeita as decisões judiciais e que prestará os esclarecimentos que forem solicitados.

Na semana passada, a empresa anunciou que protocolou na Justiça um pedido de recuperação judicial. As dívidas da companhia chegam a R\$ 17,3 bilhões.

Cerca de 1,9 mil funcionários já foram demitidos e 298 lojas foram fechadas.

administrativas.

"O destinatário disso tudo é a sociedade. Nós precisamos ter um pouco de consciência sobre aquilo que nós estamos postulando e discutindo aqui. Me parece que o exercício da magistratura hoje é doloroso. Tudo é difícil, tudo é complicado", disse na ocasião "Por que ser juiz hoje está tão difícil? Por que toda hora tem que ter uma bonificação para ele exercer a função que ele tem que exercer? Ninguém foi obrigado a ser juiz".

Em entrevista ao Estadão, ele chegou a chamar de "insensata" declaração de juíza que, ao defender a legalidade dos penduricalhos em sustentação oral no plenário do STF, afirmou que magistrados "mal têm um lanche". "Aquela manifestação, sinceramente, foi insensata, ofensiva à sociedade", disse Vieira de Mello.

A presidente do STM, Maria Elizabeth Rocha, também instituiu o benefício, apesar de, publicamente, se manifestar contra os penduricalhos. Ela chegou a fazer uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) contra a proposta, mas o órgão rejeitou por entender que não detém competência para tratar do tema.

PESQUISA QUAEST

No 1º turno em PE, Raquel Lyra tem 44% e João Campos, 36%

RAYLLANNA CARDOSO E
MATEUS FAGUNDES/AE

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), lidera a disputa pela reeleição com 44% das intenções de voto, oito pontos à frente do ex-prefeito do Recife João Campos (PSB), que registra 36%, segundo pesquisa Quaest divulgada ontem. A diferença coloca os dois fora do intervalo de empate técnico, considerando a margem de erro de três pontos percentuais.

Ivan Moraes (PSOL) aparece com 1%. Renan Hallais (Missão), Professora Camila (UP), Victor Assis (PCO), Guilherme Fonseca (PSTU) e Professor Jeremias do Banco (Democrata) não pontuaram. Os indecisos representam 12%,

enquanto brancos, nulos e eleitores que dizem que não pretendem votar somam 7%.

Na rodada anterior, divulgada em 28 de julho, Raquel tinha 43%, e João, 37%. Na ocasião, a distância de seis pontos percentuais colocava os dois no limite do empate técnico. As oscilações registradas desde então ocorreram dentro da margem de erro.

2º TURNO

Em uma eventual disputa de segundo turno, Raquel amplia a vantagem e chega a 47%, contra 37% de João. Os indecisos somam 9%, e 7% afirmam que votariam em branco, anulariam ou não escolheriam nenhum dos dois. Em julho, a governadora marcava 45%, e o candidato do PSB, 39%.

